

# **ATA DA 37ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS REALIZADA NO AUDITÓRIO DO 15º ANDAR DA CNI.**

Data: 12/08/2004

Início: 9:30h – Término: 17h

## **MEMBROS PARTICIPANTES:**

- 1 –Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT  
Dr. Elzinir Azevedo Guerra (eguerre@mct.gov.br)
- 2-Ministério do Meio Ambiente - MMA - SRH  
Ausência
- 3-Ministério da Saúde - MS  
Dr.ª. Girlene Rodrigues Leite (girlene.leite@funasa.gov.br)
- 4-Ministério de Minas e Energia - MME  
Dr. Marcelo Jorge Medeiros (marcelo@df.cprm.gov.br)
- 5-Ministério do Meio Ambiente – MMA - ANA  
Dr. Fernando Roberto de Oliveira (fernando@ana.gov.br)
- 6-Ministério da Defesa - MD  
Dr. José de Souza Leal Neto(jslealneto@hotmail.com)
- 7-Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA  
Dr. Luiz Novais de Almeida (luizalmeida@agricultura.gov.br)
- 8- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo  
Dr.ª Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)
- 9-Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal  
Dr. Luiz Antônio Barbosa (luizgeo@ig.com.br)
- 10- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Rio Grande do Norte/Alagoas  
Dr. Carlos Alberto Martins (cmartins@rn.gov.br)
- 11- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Paraná/Mato Grosso  
Dr. Everton Luiz da Costa Souza (veto@pr.gov.br)
- 12- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro  
Dr. Elcio Linhares Silveira (elciols@daee.sp.gov.br)
- 13–Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário  
Dr. João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br)
- 14-Indústrias  
Dr. César Augusto Paulino Grandchamps(cpg@mbr.com.br)
- 15 Pescadores e Usuários da Água para o Lazer e Turismo  
Dr. Jackson de Araújo Reis (jackson@ctrq.com.br)
- 16-Comitês, Consórcios e Associação Intermunicipal das Bacias  
Dr. Osmar José Gualdi (comitê@recursoshidricos.sp.gov.br)
- 17- Organizações não Governamentais  
Dr. Wilson de Azevedo Filho(wil.filho@terra.com.br)

## **CONVIDADOS:**

- Dr.Fabício.Bueno da Fonseca Cardoso(fabriciobfcardoso@zipmail.com.br)
- Dr. Márcio Rodrigues Corrêa (mcorrea@cemig.com.br)
- Dr. Zoltan Romero C. Rodrigues (zoltan@srh.ba.gov.br)
- Dr. José Cupertino Tenório Netto (jc.tenorio@uol.com.br)
- Dr. Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Dr.ª. Girlene Rodrigues Leite (girlene.leite@funasa.gov.br)
- Dr.ª. Maricene M. O M. Paixão ([outorga.subt@igam.mg.gov.br](mailto:outorga.subt@igam.mg.gov.br))
- Dr. Valdijon Estrela (valdijon@terraa.com.br)
- Dr. Sebastião Peixoto Filho (peixotofilho@brturbo.com.br)
- Dr. Dário Moraes de Almeida ([dario.almeida@dnpm.gov.br](mailto:dario.almeida@dnpm.gov.br))
- Dr. João Batista Lins Coutinho (joao.coutinho@dnpm.gov.br)
- Dr. Norberto Ramon (ramon@pr.gov.br)
- Dr. Altamirano Vaz Lordêllo (alordelo@srh.ba.gov.br)
- Dr. Lúcio Carramillo Caetano (lcaetano@igc.unicamp.br)
- Dr. Marco Antonio Félix Figueiredo (marcofelix@ana.gov.br)
- Dr.ª. Tereza Maria Arruda Cana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Dr.ª. Greice Bastos Federmann (grace@cemig.com.br)
- Dr. Carlos Rodrigues da Costa (carlosrodrigues@dnpm.gov.br)
- Dr.ª. Célia Maria Brandão Fróes (celia@igam.mg.gov.br)
- Dr.ª. Maria de Lourdes Pereira dos Santos (maria.lourdes.santos@cvrld.com.br)

Dr.<sup>a</sup>. Elzira Déa Alves Barbour (elzirab@cetesb.sp.gov.br)  
Dr.<sup>a</sup>. Dorothy C. P. Casarini (dorothyc@cetesb.sp.gov.br)  
Dr. João Carlos Machado (joaocarlos.machado@cidadess.gov.br)  
Dr. Reginaldo Gomes da Silva (rgomes@ambigeo.com.br)  
Dr. Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)  
Dr. Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)  
Dr. Marcelo Taylor de Lima (mtaylor@firjan.org.br)  
Dr. Maurício Mendonça - CNI

#### RELATORIA CTPOAR:

Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

#### RELATORIA CTAS:

Sebastião Domingos de Oliveira (sebastiao.oliveira@mma.gov.br)

#### ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 09h30 do dia 12 de agosto do ano de dois mil e quatro, sob a presidência do Sr. João Carlos Simanke de Souza (Presidente da CTAS) e da Sra. Leila de Carvalho Gomes (Presidente da CTPOAR), procedeu-se à abertura da 37ª Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS e da 36ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Estas Câmaras se reuniram conjuntamente durante do período matutino do dia 12/08/2004. O Presidente da CTAS cumprimentou a todos, dando boas vindas e passou diretamente para o único assunto de pauta a ser discutido durante a manhã, e indicou a necessidade de inscrição para as manifestações. Antes de iniciar as manifestações, foi dada a palavra para a Presidente da CTPOAR que complementou a abertura da reunião cumprimentando a todos e desejando um bom dia de trabalho. **Item I** – Avaliação do Seminário “A Gestão das Águas Minerais, Termas, Potáveis de Mesa e para Fins Balneários e a Gestão de Recursos Hídricos”. O Sr. Simanke iniciou as discussões informando que o evento foi elogiado, por proporcionar a apresentação das partes envolvidas. Ressaltou a necessidade de se enfrentar o problema da integração, das divergências que vêm ocorrendo e sugeriu que não fosse apresentada a versão antiga da resolução para não causar polêmica. A Sra. Leila lembrou que as discussões seriam mais conceituais, e que, durante o evento foram expostos os problemas, os medos e as ansiedades setoriais; que não se deseja ferir as competências setoriais; que há necessidade dos órgãos licenciadores estaduais se manifestarem; que alguns Estados já possuem integração de procedimentos para as questões ambientais e de recursos hídricos e finalizando ressaltou a necessidade de se trabalhar de forma respeitosa, racional e não intervindo nas competências evitando assim os choques. O Sr. Simanke informou que as palestras do evento seriam disponibilizadas pelo site [www.cnrh-srh.gov.br](http://www.cnrh-srh.gov.br) e lembrou a todos que, quando houver utilização do material, a fonte deve ser citada. Agradeceu a participação da Sra. Patrícia Bóson que estaria elaborando relato sobre o evento. O Sr. José Cupertino (ABINAM) disse que o evento somou para entendimento da questão e elogiou as palestras proferidas pelo Sr. Lancia e pela Sra. Salete, por situarem onde estão os poderes, as delegações e como se devem comportar. O Sr. Simanke solicitou que fosse projetado o art. 9º da Resolução CNRH nº 29, que estabelece a necessidade de se observar atos normativos que visem integrar as legislações mineral, ambiental e de recursos hídricos, considerando à atividade mineraria prevista no Decreto-lei nº 7.841 de 1945 – Código de Águas Minerais e assim ressaltou a necessidade de se trabalhar na elaboração do ato normativo que estabeleça a integração dos procedimentos, o que foi ratificado pela Sra. Leila. O Sr. Sebastião (DNPM/GO) abordou as fronteiras de competências existentes, questionando o que seria analisado primeiramente num processo, o licenciamento ambiental ou as análises do DNPM? E que o DNPM não poderia se responsabilizar por coisas que não são da sua competência. O Sr. Emanuel (DNPM) disse que as palestras do evento pontuaram questões que todos gostariam de ter ouvido; que o entendimento da importância da água mineral extrapola o conhecimento que foi entendido no âmbito da CTAS. Lembrou que a água mineral é um dos bens que contribui significativamente no mercado nacional e internacional existindo uma significativa geração de empregos no Brasil; ponderou que a exploração deve ocorrer de maneira sustentável. Disse que o seminário estabeleceu um marco zero e que se deveria rever a resolução, considerando os aspectos jurídicos. Comentou sobre a nova proposta de resolução encabeçada pela CNI e lembrou dos esforços para elaboração da proposta de resolução trabalhada na CTAP e que foi arquivada na última reunião do CNRH, fato este que não deveria

ocorrer com a resolução da CTAS. A Sra. Leila lembrou que ninguém quer invadir a competência, e isso ficou bem claro durante o seminário, o que se busca é o consenso. Sugeriu que fosse reiniciada a discussão da minuta de resolução e para tanto propôs a criação de um GT composto pelos membros da CTAS e da CTPOAR para um trabalho conjunto já envolvendo a outorga. O Sr. Simanke observou a necessidade de se elaborar a resolução, principalmente considerando que os Estados já estão solucionando os seus entraves, atitude essa que deveria ter sido da União. Disse que existe a dúvida se água mineral é recurso hídrico, contudo nos estados BA, SP, PR não paira dúvida de que deve ser respeitada a competência do DNPM articulando com os órgãos de licenciamento ambiental. Ressaltou que a legislação pretende proteger o bem e não fazer reserva de mercado, mesmo assim devesse considerar o viés econômico. O Sr. Simanke ainda ratificou que água mineral, subterrânea é recurso hídrico. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) comentou sobre o excelente nivelamento de conhecimentos e pensamentos setoriais proporcionados pelo evento o que prova que nenhum setor pode sobressair sobre os outros. Lembrou a palestra do Sr. Valter Otaviano e afirmou que está provada a necessidade da complementariedade das legislações e as suas integrações de forma sinérgica. O Sr. Valdijon (DNPM/GO) disse ter receio da integração e comentou sobre a harmonia existente entre o DNPM e a Agência Ambiental no estado de Goiás. A Sra. Maria Luiza (CERH/MG-ES) questionou sobre o percentual de indústrias de água mineral que estão associadas a ABINAM e parabenizou os trabalhos realizados por essa associação em prol da água mineral. Respondendo ao questionamento, o Sr. José Cupertino (ABINAM) esclareceu que mais de 80% das empresas do setor estão associadas a ABINAM, 100% associadas ao SINDINAM e lembrou que estão trabalhando para qualificação das mesmas com intuito fomentar as exportações considerando o potencial de mercado existente. Também comentou sobre a uniformização das embalagens a partir de padrões de qualidade. A Sra. Maria Luíza, continuando sua intervenção lembrou que o objetivo da resolução e das discussões não seriam de interferir na comercialização, na desvalorização do produto no mercado e sim integrar procedimentos. Disse que a outorga é um dos instrumentos da gestão e que deve ser respeitada e contemplada no Plano de Bacia, assim como as especificidades da água mineral deveriam ser consideradas nesse Plano. Após comentários da Sra. Maria Luíza que também ponderou sobre a análise conjunta da proposta de resolução pelas Câmaras Técnicas, a Sra. Leila apoiou a proposta, bem como a Sra. Célia Fróes (CERH/MG). O Sr. César (Indústrias) ponderou sobre as repetições de temas que vêm ocorrendo nas intervenções, isto devido a conclusão já alcançada, ou seja, água mineral é subterrânea e que a integração já é realizada nos Estados e assim com o intuito de catalizar os trabalhos disse que a CNI preparou uma nova proposta de resolução, respeitando os mais de 18 meses de trabalho da CTAS, as competências do DNPM, a gestão de recursos hídricos e exclui a necessidade do empreendedor de "bater a porta dos órgãos". Solicitou que o encaminhamento da mesma ocorresse à tarde. A Sra. Dorothy (CETESB-SP) disse que gostaria de ter a proposta da CNI para poder comparar os textos existentes; apoiou as palavras do Sr. Roberto Monteiro de que houve avanços no Seminário, ou seja, discussões sobre as definições se água mineral seria ou não recurso hídrico ou subterrânea, não necessitariam ser prolongadas, considerando que isto já está definido em Lei e que o objetivo atual seria a integração, respeitados os parâmetros de qualidade e quantidade, sustentabilidade e potencial econômico. Lembrou que a resolução deve ser efetivamente utilizável e que os membros das câmaras seriam capazes de elaborar um procedimento para a sustentabilidade dessa atividade minerária. O Sr. Simanke complementando, disse que essa sustentabilidade proporcionaria credibilidade ao produto. O Sr. Emanuel concordou com a sugestão da Sra. Leila que sugeriu como procedimento a ser ponderado, os já utilizados pelo setor elétrico, ou seja, reserva de disponibilidade hídrica. Solicitou apresentação novamente do fluxograma de procedimentos existentes nos Estado da Bahia e Paraná com o intuito de firmar conceitos. O Sr. Elcio (CERH/SP-RJ) comentou sobre o binômio qualidade e quantidade, devido às possíveis fontes de poluição, ao potencial econômico e assim o fator da conservação que também deveria ser considerado. Ponderou que não se deveria rever conceitos e sim integrar. Firmou que essa integração seria necessária no CNRH por ser tripartite, contudo sempre respeitando as Leis existentes. Afirmou que ninguém seria contra a atividade econômica, mas precisaria ser integrada em nível de recursos hídricos e que não existiria o intuito de criar dificuldade e nem comportamentos diferentes. Teria o intuito de facilitar a vida do empresário, considerando que a lavra sem licenciamento não possui valor e a intenção seria utilizar as ferramentas de gestão já existentes. Sugeriu a criação de regras mais práticas, até mesmo um balcão único, mas que sempre fosse respeitado o plano da bacia. O Sr. Altamirano (CERH/CE-BA) comentou que a outorga é uma ferramenta para o Estado e poderia ser até para o DNPM; que não adiantaria fazer uma reserva de água durante 4 anos sem saber se a lavra será concedida, para tanto deverá haver

integração entre os órgãos; que o empreendedor perdendo a lavra deveria perder a outorga; que a outorga seria um instrumento de controle e que não ocorre financiamento sem outorga para determinadas atividades; e que a outorga seria uma forma de peneirar, sendo assim um instrumento muito bom para o DNPM. Lembrou também a necessidade de se considerar o Comitê da Bacia e os planos. Sugeriu que fosse utilizado o que já está sendo usado nos Estados e parte dos procedimentos já utilizados para o setor elétrico. O Sr. Osmar (Comitês) disse que do ponto de vista da gestão de recursos hídricos a água mineral seria insignificante, mas deveriam ser contemplados o aspecto mineral dessa água e sua qualidade. Disse também que o DNPM poderá se adequar aos novos procedimentos e que a outorga seria o equilíbrio da equidade. O Sr. Wilson (ONGs) verificou dois grandes consensos: 1) Integração, para um modelo de desenvolvimento sustentável. 2) Para extração há necessidade de outorga d'água. E concluiu dizendo que as indústrias, as empresas associadas a ABINAM são usuários de recursos hídricos, assim necessitam de outorga. O Sr. Marcelo Taylor (Indústrias) reiterou que todos concordam com a integração, mas o não consenso está em como fazer esta integração. Disse que se a resolução indica a necessidade de outorga para exploração que irá indubitavelmente recair na justiça; que está se buscando a gestão integrada, a necessidade de como conversar um setor com o outro. Opinou que se deveria focar em como garantir que a exploração dos recursos minerais, em termos de quantidade e qualidade, seja sustentável. A Sra. Leila rememorou os procedimentos adotados no setor elétrico, ou seja, a reserva de disponibilidade hídrica dizendo ser uma forma interessante, principalmente para o balanço hídrico da bacia, alcançando assim a somatória das demandas dos usuários. Disse que o empreendedor inteligente seria aquele que observa tudo ao redor; que o bom senso deveria ser mais forte que uma leitura fria da legislação; que o mais importante seria conversar e não temer a outorga. O Sr. Marcelo Taylor, disse que o empreendedor não pode ter medo da outorga; que concorda com o bom senso, mas que ele não prevalece e recai como obrigações para o empreendedor. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) resgatou dois momentos: 1) Em 1999, no Encontro ocorrido em São Lourenço, onde a ABINAM levou o conceito da água mineral como bem nobre; 2) A reunião da CTAS, em 2001, onde se levantou o problema relacionado às águas de São Lourenço, e onde despontou a dificuldade no consenso sobre os conceitos ligados às águas minerais e às águas subterrâneas, dificuldade esta agravada por legislações distintas existentes, no contexto dos recursos minerais e dos recursos hídricos. Lembrou que a Lei 9.433/97 fala do uso integrado e dos usos múltiplos como fundamentos, e por isto não há que se discutir a necessidade de integração, que já está posta, mas sim buscar o consenso conceitual. O Sr. Fernando (ANA) ratificou que a questão nuclear da proposta de resolução seria a integração e que deveria ser discutido o instrumento administrativo a ser utilizado e isso iria envolver a questão legal e técnica. A Sra. Elzira Déa (CETESB-SP) expôs suas dúvidas referentes à quantidade de conflitos existentes e a essência dos mesmos. Discorreu sobre as experiências existentes no Estado de São Paulo com o DNPM, além da Resolução deste Estado que trata da área de restrição e controle a ser criada por todos os atores envolvidos, quando da exploração de águas subterrâneas, que também estariam considerando o plano de bacia, o estudo de quantidade e qualidade e o diálogo com o Comitê, e isso seria um exemplo da integração, alcançando um zoneamento. Falou da importância do DAEE (órgão outorgante) ser ouvido quando da exploração de água mineral, conforme indica Portaria 231, onde todos estão contemplados e que já seria uma diretriz. Disse somente ter ouvido discursos de sustentabilidade econômica durante o evento. Comentou sobre sua preocupação quando foi convidada para proferir palestra no Seminário, cujo tema seria sustentabilidade e questionou o que poderia falar sobre o tema então decidiu mostrar o exemplo de São Paulo que já errou muito, mas que está aprendendo com os seus erros. Encerrando os trabalhos da reunião conjunta CTAS e CTPOAR foi passada a palavra ao último inscrito, da parte da manhã, o Sr. Luiz Antonio (CERH/DF-GO) que comentou sobre a questão da integração ser fundamental, mas a dificuldade ocorreria quando das desigualdades dos órgãos e falou que ao seu ver quando da pesquisa de lavra, a água não seria tratada como mineral, mas já seria uma interferência no recurso hídrico. Afirmou que na Bahia é dada outorga para água mineral, o que foi discordado por alguns do grupo, e que a Sra. Leila relatou aos presentes, chamando a atenção do DNPM, para o fato de conflitos já existentes em São Paulo, entre a exploração de águas minerais e outros usos de recursos hídricos, comentando o caso de um Prefeito de uma estância mineral, ter procurado o DAEE, para solicitar auxílio na gestão desse conflito, pois necessitavam de explorar água subterrânea para abastecimento público da cidade. Ele também comentou que o setor elétrico não estava sendo fomentado devido à ausência de um tratamento melhor dos órgãos gestores de recursos hídricos existentes, e complementou dizendo ser isso palavras da atual Ministra de Minas e Energia o que foi corrigido pela plenária que o informou que a então Ministra abordou em seu discurso os procedimentos de

licenciamento ambiental e não de outorga. Finalizando, Sra. Leila falou da importância dos assuntos serem claros e transparentes e que não fossem colocadas segundas intenções nas palavras dos membros. Disse se espantar, infelizmente a esse momento do dia, onde tudo apontava para uma situação de construção, o que pareceu pela manhã, estava sendo distorcido, então sugeriu a busca efetiva, no início da tarde, período o qual a CTPOAR não se faria presente, de se analisar a existência de um objetivo (outorga) ou não e para que ele fosse atingido, determinar pontos de consenso. Assim encerrou a reunião conjunta. **Item 1 Período da tarde** - Dra. Maria Luiza lembrou que o Dr. Marcelo disse que estaria se instalando um conflito, no momento em que o órgão gestor negasse a outorga de direito de uso a uma empresa que quisesse envasar água mineral e a mesma tem dúvida se o problema seria a outorga ou o parecer negativo do órgão gestor. Enfatizou que se a instalação de conflito se estabelecer pelo parecer do órgão gestor, ficará complicado e de difícil solução, porque o órgão gestor poderá dar um parecer, que muitas vezes não vai ser aquele que a empresa de mineração espera. Dr. Marcelo iniciou sua fala questionando e ao mesmo tempo respondendo: cabe outorga de direito de uso de recursos hídricos para água mineral concedida como bem mineral? Segundo ele o entendimento da CNI e da ABINAM é que a partir do entendimento Constituição Federal de 1988, não cabe, mas acredita que é fundamental haver uma integração entre os órgãos gestores dos recursos hídricos e órgãos gestores dos recursos minerais. Acredita também que deve haver troca de informações entre estes órgãos públicos, como exemplo, cita o fato de que se um parecer negativo do órgão gestor de recursos hídricos, for encaminhado ao DNPM, que é a instituição com poder de outorga sobre os recursos minerais este o incluirá na sua análise entre outros aspectos. No entanto, se o DNPM considerar, entre os outros aspectos legais que ele deve outorgar o empreendimento, mesmo havendo o parecer negativo do órgão gestor de recursos hídricos, a competência legal de definição é do DNPM. Enquanto a integração for feita através de pareceres internos entre órgãos públicos, através de manifestação, a CNI acha que deve acontecer e serve até como uma garantia para o investidor, neste caso, não se têm dois "donos" da responsabilidade, têm-se um dono só. Mas se para explorar água mineral, o minerador precisa da concessão de direito de lavra juntamente com a outorga de direito de uso, neste caso os órgãos públicos estão se manifestando sobre o mesmo objeto, aí sim acredita se que está havendo uma clara superposição legal, logo a CNI é contra. Para que este tipo de superposição não ocorra, a CNI e ABINAM apresentaram, aos membros da CTAS, minuta de proposta de resolução de integração das águas minerais e recursos hídricos, mesmo sabendo que temos que aperfeiçoá-la. É uma proposta para debate na CTAS e baseando-se na premissa de que não cabe outorga de direito de uso de recursos hídricos em empreendimento de águas minerais e sim a outorga de concessão de lavra, emitida pelo DNPM. Este é um ponto crucial para a CNI, pois havendo um entendimento neste sentido, pode se constituir uma resolução que propicie a minimização de conflitos e a gestão integrada. Dr. Marcelo não quis entrar na questão se a água mineral é minério ou recurso hídrico, pois diz ser esta uma discussão que não leva a nada, mas acha que a partir do consenso acima proposto ficará fácil de se conseguir a integração, sendo apenas uma questão de redação. Entretanto, se a resolução que for aprovada pela CTAS for contrária e considerar que cabe outorga de uso de recursos hídricos para água mineral, a CNI se colocará contrária a este entendimento. Dr. Leal Neto ponderou que a questão é legal e institucional, o que está relacionado a minérios realmente cabe ao MME deliberar sobre a questão. Acredita também que deve haver um diálogo entre os órgãos gestores de recursos hídricos e o órgão gestor dos recursos minerais do país - DNPM, para se compatibilizar procedimentos sem retirar autonomia de ambos e dar garantias ao empreendedor, porém, continuou dizendo, não se deve esquecer as questões sociais do país, haja vista que tanto o bem mineral quanto os recursos hídricos são bens públicos e compete à União e aos Estados gerir estes recursos da melhor forma possível em prol da sociedade. Dra. Dorothy lembrou que, no Seminário do dia anterior, ficou claro para todos que em alguns estados já se está exigindo a outorga de direito de uso de recursos hídricos para empreendimentos minerais ligados a águas minerais, ou seja, nenhum empreendimento mineral será licenciado na área ambiental, se não tiver outorga de uso de recursos hídricos e isto acontece porque está amparado pela legislação estadual. Dra. Dorothy explicou também que a resolução que se discute na CTAS, além de prever a figura da manifestação prévia, deverá prever também a figura da outorga de uso de recursos hídricos, em um momento posterior, para os empreendimentos minerais ligados a águas minerais. Continuou afirmando que a CNI solicita na sua proposta de resolução que a manifestação de outorga, que já esta sendo exigida em alguns estados brasileiros, deixe de existir. Concluiu dizendo que os estados poderão manter a exigência de outorga de usos de recursos hídricos para se obter o licenciamento ambiental dos empreendimentos de água mineral, no momento que o minerador solicitar ao Estado a licença

ambiental, haja vista que o Estado de São Paulo já está caminhando para isto. Dr. Simanke destacou que o seminário trouxe uma posição concreta, por parte da CNI, ABINAM e DNPM sobre a figura da outorga de uso de recursos hídricos para águas minerais, ou seja, ficou claro que a figura da outorga de uso de recursos hídricos não é aceita legalmente e constitucionalmente por parte das indústrias e MME/DNPM, no que foi referendado pelo Dr. Emanuel que reafirmou a posição de estar o DNPM de acordo com a CNI, no que diz respeito a acreditar ser ilegal a exigência de outorga para uso de recursos hídricos em empreendimentos de água mineral, haja vista, ser esta, a posição do DNPM/MME desde o início das discussões desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho que tratava desse assunto na CTAS. Dra. Maria Luiza, disse que o seminário teve duas palestras brilhantes no que diz respeito aos aspectos legais que envolvem a gestão das águas minerais e a da legalidade da outorga de uso de recursos hídricos para empreendimentos de água mineral. Uma foi subjetivamente contra, dizendo que a outorga era inconstitucional, a outra foi subjetivamente a favor, falando que a outorga poderia ser emitida. Afirmou que da mesma forma que o Dr. Marcelo conversou com a Procuradora Jurídica do DNPM, Dra. Ana Salette, para ter certeza de que a mesma havia dito que era inconstitucional, ela também conversou com o Advogado da CONJUR/MMA, Dr. Valter Otaviano, porque também queria ter certeza de que o que ele estava dizendo subjetivamente, era que a outorga também podia ser emitida e que era legal. A resposta que obteve do Dr. Valter foi esta: "O que eu mostrei naquele quadro é que realmente pode ser emitida a outorga de direito de uso de recursos hídricos". Dra. Maria Luiza concluiu afirmando que são entendimentos jurídicos diferentes e não há consenso entre os membros do CNRH, há um impasse, ou seja, não existe uma verdade absoluta, na questão da outorga de uso de recursos hídricos para água mineral. Dr. Fernando Oliveira, comenta que um dos problemas é saber qual instrumento ou figura que vai ser usado, é uma outorga? Tem que haver um controle? Qual figura que vai ser? Qual instrumento? É uma outorga ou manifestação de direito? O que vai ser se não for outorga? Dr. Luiz Antônio explicou que, em Brasília, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - SEMARH, lida com outorga de direito de uso de recursos hídricos e licenciamento ambiental diferentemente de outras unidades da federação, que possui órgãos gestores de recursos hídricos. Com relação a água mineral, a SEMARH licencia o empreendimento com enfoque ambiental e reconhece que a licença ambiental não pode impedir o empreendedor de captar a água, ela pode criar exigências, condicionamentos para que se conduza o empreendimento de uma forma menos dramática para o meio ambiente, essa é diferença que o Dr. Luiz vê entre licença ambiental e outorga. Dr. Marcelo destacou que a posição da CNI foi bem colocada, ficando clara e cristalina, mas acredita ser fundamental e perfeitamente possível fazer uma gestão integrada, pois o objetivo de todos os membros da CTAS é a gestão integrada e sustentável e na visão da CNI isto é perfeitamente possível. O mesmo propõe que se trabalhe o principal problema, que é: em que momento deve se trocar informações entre os órgãos gestores de recursos hídricos e os de recursos minerais, ele acredita que, colocando a outorga de uso de recursos hídricos para empreendimento de água mineral como essencial e necessária para realizar a integração e troca de informações, não tem como chegar a uma gestão integrada de fato. Destacou ainda que alguns estados, não estão corretos, quanto à exigência de outorga para empreendimento de água mineral. Segundo Dr. Marcelo há uma diferença entre água mineral e outro empreendimento, água mineral é o próprio objeto a ser licenciado, há uma diferença entre um empreendimento de celulose que precisa de água como recursos hídricos e a exploração de água mineral, a natureza é diferente, isto tem que ser levado em conta. Dr. José Alcides( Comitês) destacou a importância de se verificar quais são os pontos convergentes e os divergentes existentes entre os diversos segmentos representados na CTAS para que, na hora que se for redigir a resolução, se resolvam as questões pendentes. Dr. João Batista (DNPM) disse que o questionamento que estava havendo nas reuniões anteriores da CTAS, a respeito de ser água mineral subterrânea ou não, o surpreendeu bastante, comentou que felizmente isto já estava esgotado, lamentou que tenha sido isto um motivo de discussão que levou a todos a terem uma boa perda de tempo. Disse também que havia participado de algumas reuniões, no início da CTAS e também ficou surpreso, pois nestas reuniões existiam propostas de tramitação conjunta de procedimentos entre o DNPM, os órgãos ambientais e órgãos estaduais gestores de recursos hídricos, ou seja, há muito tempo se discute este assunto e as coisas voltaram à estaca zero. Dr. João Batista tem uma opinião que não é necessariamente a opinião do DNPM, mas percebe que há uma necessidade de se chegar a um entendimento, porque a lavra mineral só se efetiva, se as devidas licenças ambientais existirem, não há uma maneira de se fazer lavra de água mineral, sem a licença ambiental. O mesmo não sabe o porquê da divergência, mas acredita ser fácil resolver este impasse, ou seja, se existe disponibilidade hídrica, o processo de obtenção do decreto de lavra para água mineral

continua, se tem problema ambiental, não continua. Concluiu dizendo que se não houver este entendimento não vai se chegar a lugar nenhum. Dr. Wilson fez questão de destacar que representa na CTAS as Organizações Cíveis Não Governamentais – ONGs e disse que a lei de recursos hídricos é nova e o modelo de desenvolvimento econômico que existia até a década de oitenta, em que o que interessava era o resultado econômico, não é um modelo de desenvolvimento sustentável. A indústria incorporou a palavra desenvolvimento sustentável em seus discursos, o que é bom, porém o desenvolvimento sustentável só pode ser sustentado se houver uma integração com a política. Dr. Wilson não conseguiu identificar onde está a resistência à esta integração. Sua dúvida está no porquê da defesa da lei das águas minerais, que foi feita em 1945, numa época em que se visava apenas o desenvolvimento econômico. Dr. Wilson diz que as pessoas só defendem a lei quando ela os beneficia, logo não vê nenhum problema no fato de se integrar procedimentos, ressaltou ainda que o fato de se ter uma outorga a mais é uma outra garantia ao empreendedor, logo não sabe porque a CNI e DNPM são contra a obtenção, pelos empreendedores de água mineral, de outorga de uso de recursos hídricos à serem emitidas pelos órgãos gestores dos recursos hídricos. Dr. Leal Neto pontuou que devem ser identificados os benefícios que esta resolução poderá trazer à sociedade. Ressaltou que existem as possibilidades de conflitos de competência, na questão da outorga da água mineral, entretanto, devem se estudar com mais atenção os pontos em comum, não conflitantes, para construir o consenso e produzir uma resolução que seja útil e que de fato seja usado por todos os segmentos da sociedade civil organizada. Dr. Zoltam (SRH/BA) enfatizou que não houve nada de novo nas discussões e que era melhor partir para outro rumo. Disse que não se deve fechar questão, mas dizer que o CNRH deve recomendar aos estados para não outorgarem água mineral, é um tema delicado. Na Bahia nem tanto, mas outros estados poderão não concordar com isto. Dr. Zoltam ponderou dizendo que se continuarem as discussões sobre esta questão nas próximas reuniões da CTAS, haverá a repetição do que houve na 37ª reunião da CTAS. Dr. Maurício Mendonça (CNI) conclama a todos que continuem a discussão da resolução, pois existem questões importantes que precisam ser esclarecidas e que o esforço que foi feito pela CNI, ao contratar especialistas para opinarem a respeito do assunto, fora feito com as melhores das intenções, e acredita valer a pena ampliar as discussões, pois existem dificuldades para se avançar. Destacou ainda que a proposta apresentada pela CNI apresenta idéias não só do setor industrial, mas também de parte importante do processo, que é o DNPM. O que o empreendedor quer é que fiquem claras as legislações que devem ser cumpridas, bem como saber qual o órgão gestor que prevalece. Pode acontecer destes órgãos emitirem pareceres diferentes e nesse caso qual prevaleceria? Não se pode caminhar para o impasse entre dois tipos de pareceres. O importante é que estas regras sejam mais simples possíveis e complementares uma a outra. Disse ainda que se a CTAS chegar a conclusão que os procedimentos de integração são essenciais, será importante que a mesma faça a avaliação da proposta da CNI/ABINAM juntamente com os CERH, pois às vezes o que é bom para uma determinada região do país, pode não ser para outra, este país é muito diverso e podem ter soluções regionais adequadas a cada situação, ou seja, tem que se buscar uma integração através do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SINGREH. Dr. Maurício explicou que nenhum empreendedor tem restrição do ponto de vista de participar do Sistema, pois é interessante que o SINGREH funcione bem; solicitou ainda que a CTAS examine a proposta da CNI e tente construir uma resolução com a participação de toda a sociedade visando garantir uma gestão participativa. Em resposta ao questionamento de que a indústria participa de um estado sustentável ou não, o mesmo respondeu que o segmento indústrias trabalha buscando um desenvolvimento sustentável e ninguém faz melhor do que os empreendedores de água mineral, no que diz respeito à proteção de suas fontes de águas minerais, pois todos eles são altamente dependentes da questão ambiental e aquele que assim não o faz, está destruindo o seu próprio negócio. Destacou a importância de que os membros da CTAS tenham em mente a dimensão do que a CNI está chamando de potencial que o Brasil tem quando se fala em águas minerais, está se falando, fundamentalmente em cima de uma defesa econômica, social e ambiental extremamente importante para o Brasil, logo, ao se trazer isto simplesmente, para tratar como recursos hídricos, estaremos perdendo o valor agregado deste bem mineral. Isto é uma coisa que deve se ter em mente no processo de construção desta resolução. Finalmente respondendo ao questionamento porque o setor industrial e o DNPM têm esta posição bem definida, Dr. Maurício lembrou que a CNI e o DNPM estão defendendo o que é hoje, e qualquer inovação de ordem jurídica, precisa passar pelo Congresso Nacional. Entretanto, afirmou que qualquer inovação que se queira colocar dentro da norma jurídica no âmbito das competências do CNRH seria muito bem vindas e que a CNI estaria disposta a discutir, pois participa do CNRH, através de seus representantes nas Câmaras Técnicas, representando o segmento dos usuários, legitimamente eleitos para

construir um SINGREH que seja consistente. Citou que ao longo de todos os posicionamentos, através dos representantes no CNRH, não há incompatibilidade dos trabalhos da CNI com as posições assumidas nas Câmaras Técnicas, os membros da CNI não deixam de defender o que é legal, portanto, qualquer coisa que se queira trazer de novo de ordem jurídica existe o caminho correto, que é o Congresso Nacional, a quem compete legislar. O que for de competência do CNRH a CNI estará inteiramente aberta e sempre oferecerá a casa para estabelecer o diálogo. No ponto de vista da CNI o que é novo é o que os estados estão fazendo, ou seja, a outorga de água mineral, isto é, a inovação que se quer aqui; o que a CNI quer é que fique do jeito que é, por isto apresentou esta proposta concreta de integração de água mineral e recursos hídricos, que obviamente, poderá ser melhorada. Dr. Everton (CERH – PR/MT) comentou que diante do seminário que ocorreu, se convenceu de que não se pode abrir mão dos instrumentos que cada instituição, dentro das suas competências, e que em algum momento o órgão de gestão de recursos hídricos deve se manifestar a favor ou contra o empreendimento e que o instrumento para esta manifestação seria a outorga. Na questão de água mineral ser água subterrânea e que a gestão de recursos hídricos vai trazer malefícios para o setor de água mineral, Dr. Everton não acredita nesta hipótese, pelo contrário, afirma que se os importadores souberem dos critérios que existem no licenciamento ambiental e na gestão de recursos hídricos neste país, o recurso água mineral certamente vai ter mais valor. Segundo Dr. Everton, a manifestação do CERH do Paraná quanto à proposta de integração da CNI/ABINAM tem que ser discutida, devido aos compromissos que o PR tem, pois foi criado um arcabouço na legislação estadual que prevê uma participação da sociedade nas tomadas de decisões relacionadas aos recursos hídricos no Estado do Paraná e que elas influenciam no uso e ocupação do solo. Ponderou que a legislação mineral não tem este condão e que a gestão do uso e ocupação do solo (Planos de Bacia) é o principal instrumento para garantia qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos. Dra. Maria Luiza não concordou com as considerações anteriores de que a resolução encontrava-se na estaca zero, afirmando que este é um problema que sempre houve e que o diálogo sempre existiu, entretanto no momento parou-se num ponto onde não há avanço sugeriu passar esta discussão para a CTPOAR para se avançar e obter o consenso, que não se consegue na CTAS. Dr. Emanuel explicou que quem disse que a outorga não é uma figura aceita na resolução foi a área jurídica do DNPM e isto foi dito no início das discussões de criação da resolução, e que se o mesmo defendesse o contrário estaria contrariando a posição do DNPM no que diz respeito a esta resolução. Destacou que o MME/DNPM busca o equilíbrio e continua com o espírito de discutir a proposta da CNI/ABINAM, procurando evitar o conflito de poder. Dr. Lúcio (UNICAMP) disse que é fundamental que haja uma discussão para evitar o peso da burocracia e se ter cada vez mais a gestão integrada através da bacia, do poder público e da lei do uso do solo. Dr. Simanke pediu aos membros da CTAS que apreciassem a proposta da resolução da CNI/ABINAM que foi distribuída através de cópia xerox e será encaminhada posteriormente, via eletrônica, para ser discutida na próxima reunião. Anuncia o dia 10 de setembro para realizar a 38ª Reunião da Câmara Técnica, no 15º andar do edifício sede da CNI. Nos assuntos gerais Dr. Simanke fez agradecimentos especiais ao Dr. Maurício Mendonça, da CNI pelo apoio ao seminário da CTAS, fez também a leitura da correspondência encaminhada pela CONJUR/MMA à Secretaria Executiva do CNRH, em resposta à solicitação encaminhada pelo presidente da CTAS, Dr. Simanke sobre os assuntos que a CTAS foi questionada na reunião 33ª Reunião da CTAS realizada em NATAL/RN. Dr. Simanke agradeceu a presença de todos, ratificando a data do dia 10 de setembro de 2004 para a realização da 38ª Reunião da CTAS. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a reunião.

João Carlos Simanke de Souza  
Presidente

Sebastião Domingos de Oliveira  
Relator